

# Administração política: um caminho para ampliação do campo de estudo das ciências administrativas?

Isabela Grossi Amaral

Igor Porto David

## INTRODUÇÃO

Há uma preocupação em relação à capacidade do campo científico da Administração de desvendar e enfrentar desafios do presente momento histórico e do regime de produção atual. Apesar de a administração ser considerada uma ciência social, o desenvolvimento teórico neste campo se aproximou de uma perspectiva excessivamente técnica com modelos instrumentais, dominado por manuais a-históricos, acríticos e destituídos de sujeitos, o que conseqüentemente



influencia boa parte da formação dos alunos nesse campo, que se desenvolve sob esta perspectiva (Gomes, 2012).

Por conseguinte, Santos *et al.* (2014, p. 188) também constatam que “o paradigma funcionalista é visto como modelo dominante que vem avançando e mantendo sua hegemonia”. Neste sentido, os cursos de graduação em Administração teriam seguido caminhos em que a única finalidade seria gerenciar melhor os negócios, e não buscar maneiras de entender a realidade social. Desta forma, cabe o seguinte questionamento, será possível ampliar o campo de estudo da administração para além do estudo da gestão e da perspectiva funcionalista? Esta indagação nos parece fundamental para uma reflexão sobre formação do administrador, para que seja possível compreender o objeto de estudo, a função política e a função social da ciência da administração.

Em contraposto a esse *mainstream* no campo da administração, é crescente a consciência política e científica que os fenômenos sociais, as dinâmicas econômicas e ambientais exigem, também esperando da ciência da administração uma capacidade de resposta, científica e técnica, para que a humanidade enfrente os desafios da degradação social e do regime capitalista (Gomes, 2012). Para Ribeiro (2006), o conhecimento nas áreas de ciências sociais, sociais aplicadas, como o curso de Administração, não pode se esquivar de sua

operacionalidade e seu papel político. A indiferença, a não informação sobre sua função política, alienação aos valores que o cerca, leva o administrador a ser um mero instrumento, um repetidor de modelos que cumpre instruções ditadas e programadas (Ribeiro, 2006).

Neste sentido, é colocada a importância do campo de conhecimento da Administração Política, que vem a fazer a interação do Estado com a sociedade, do ente político com o econômico, o social, e vice-versa (Gomes, 2012). Entendendo a citada importância do campo da Administração Política, este ensaio visa ajudar a preencher as lacunas do conhecimento na área e trazer mais contribuições para a discussão de um campo que vem cada vez mais recebendo atenção nos cursos de Administração.

Para atendermos ao que foi proposto, estruturamos o trabalho em outras três seções, além desta introdução. A seção 2 atenta os fundamentos teóricos envolvendo o objeto da Administração e questionamentos sobre o mesmo. Em seguida, na seção 3, discute-se sobre a Administração Política e sua crescente importância no campo da Administração. Na seção 4 apresentamos as reflexões finais, ao que o apresentado permitiu chegar.

## O OBJETO DA ADMINISTRAÇÃO

Santos *et al.* (2014) propõem a criação de um metaparadigma na Administração, como um subcampo científico, que mude o foco do *mainstream* – qual seja, de uma discussão funcionalista – para uma discussão crítica e reflexiva da gestão, não limitando os estudos à esfera da gestão estatal, mas incluindo também a gestão dos negócios privados, bem como a gestão das questões sociais.

Santos (2001) coloca o conceito de Administração Política como um instrumento analítico, que contribui para ampliar o escopo de estudos científicos no campo da administração. Neste sentido, o autor coloca que o objeto de estudo da administração não deve ser a organização, pois esta também é objeto de outras ciências (Santos, 2001), como a psicologia, a antropologia, a sociologia, a economia ou mesmo a história (Santos *et al.*, 2014).

A gestão como objeto de estudo pode ser capaz de conferir o *status* de ciência ao campo da administração se as pesquisas forem dirigidas para uma melhor definição científica do objeto de estudo, pois, do contrário, o estudo administrativo não passaria de um amontoado de conteúdos aplicados e há mais tempo definidos pelas áreas autônomas do conhecimento, como as citadas acima (Santos, 2001). Desta maneira, Santos (2001) redefine o objeto de estudo da administração como



sendo a gestão, o que dá autonomia à administração como um campo próprio do conhecimento. O autor acredita que ela pode estar em dois campos de análise: no campo político (preocupa-se em analisar o Estado, o ambiente macro, no qual se cristalizam as forças internas conflitantes da sociedade que se desenvolveram pelas relações sociais de produção) e no campo profissional (dimensão micro, unidades econômicas, políticas e sociais), diferentemente da famosa distinção que Wilson (1955, p. 210) estabeleceu entre a política e a administração, em que, nas palavras deste, "(...) questões administrativas não são questões políticas". Ou seja, trata-se de uma mudança de paradigma importante. Denhart (2012) apresenta a contribuição de Paul H. Appleby em 1949, que apontara os administradores como atores políticos relevantes e que influenciam no processo de elaboração de políticas públicas. Contudo, tal dicotomia sobrevive e persiste na atualidade<sup>1</sup>.

Percebe-se desde então a valorização da "gestão", objeto de estudo da Administração e fator importante para entender o desenvolvimento do sistema econômico. Esse desenvolvimento é o próprio conteúdo da Administração Política, na expressão de sua relação com o Estado e com a sociedade, fortalecendo uma administração/gestão direcionada para o cumprimento e progresso das

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes, ver discussão em: Denhardt, R. B. (2012). *Teorias da administração pública*. São Paulo: Cengage Learning.

finalidades sociais, do bem-estar de uma sociedade ou da humanidade (Santos, 2001).

No senso comum, e mesmo dentro da academia, costuma-se entender que o objeto de estudo da Administração é a organização. Gomes (2012), apoiado nos estudos de Santos (2001), “Em busca da apreensão de um conceito para a Administração Política”, explicita o motivo do objeto de estudo da Administração ser a gestão e não a organização como um todo. O motivo é simples: a organização é complexa demais para ser objeto de estudo de um único campo. Dentro da organização existem elementos que podem ser estudados até pelas ciências médicas, como o estresse e a fadiga dos trabalhadores. Mas um objeto que é inerente à organização é a gestão, e essa sim, para Santos (2001) e endossado por Gomes (2012), pode ser constituída como objeto de estudo da Administração. O termo “gestão” é comumente explicado como as técnicas para que se consigam determinados objetivos dentro da organização. Mas aqui, a gestão vai além do entendimento microeconômico, da gestão de empresas, e abrange também o ambiente macro, a gestão das relações de produção, do consumo, de questões que envolvem o Estado, o bem-estar social. Nas palavras de Santos (2001, p. 76),

(...) o fato é que o capitalismo, em diferentes momentos históricos, tem tido uma administração política cujo modelo se caracteriza pela preservação



de seus interesses. Esta constatação é relevante para se perceber que, de fato, a gestão constitui o objeto próprio da administração política, principalmente quando se trata de compreender a sua natureza e característica na execução do projeto de nação que leve ao bem-estar social (Santos, 2001, p. 76).

A gestão contempla o envolvimento do poder político e social, portanto deve ser um elemento primordial nas resoluções dos problemas conjunturais e/ou estruturais, tais como as disparidades entre a riqueza e a pobreza, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a concentração e a distribuição, o acesso e a exclusão (Santos *et al.*, 2014).

E, desta forma, o fenômeno da gestão deve ser analisado

(...) não apenas na perspectiva de conjuntos de técnicas instrumentais, tais como foram concebidas no pensamento ortodoxo/funcionalista da Administração, mas, sobretudo, numa perspectiva de relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade que não pode ficar sem amparo de um campo científico para observar, descrever e explicar as suas contradições sociais (Santos *et al.* 2014, p. 188).

Gomes (2012) coloca que o campo da administração e a “administração política” como linha de conhecimento devem argumentar sobre um “tipo de gestão” das



grandes questões nacionais, que perpassa também por um modelo de “gestão” do Estado, principalmente da política econômica. Nesse sentido, para Santos (*apud* Gomes, 2012, p. 16), “a administração política deve assumir o compromisso de contribuir com a crítica, a reflexão e a proposição de políticas que atendam aos requisitos necessários para a garantia de certo nível de bem-estar coletivo”. O conceito de Administração Política, portanto, extrapola a forma convencional da ciência da administração, contribui para ampliar o espectro de estudo (Gomes, 2012), visando abandonar a neutralidade axiológica que age nos programas de Administração e sua produção acadêmica (Teixeira, 2008).

## A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

O paradigma funcionalista é o dominante dentro do campo da Administração, no qual o fenômeno da gestão aparece como um conjunto de técnicas e ferramentas (Gomes, 2011; Santos *et al.*, 2014; Ribeiro, 2008). Tal limitação se deve à forte influência do funcionalismo na ciência administrativa, concebida nos moldes da ciência positivista, do método empirista, do liberalismo econômico, e dos princípios de engenharia, tendo por fim elevar a eficiência produtiva do capital e do trabalho (Santos, Santos & Braga, 2014, p. 3) e, desta forma, tornando seu poder explicativo bastante limitado diante da complexidade da realidade em que vivemos. Embora haja essa hegemonia, Santos *et al.* (2014) deixam clara a

existência de outros paradigmas constituindo-se em importantes referenciais para estudar a Administração, como o interpretativismo, a teoria crítica e o pós-modernismo.

Santos *et al.* (2014) afirmam que a Administração Política é uma ciência dentro da administração que contribui fazendo crítica aos limites dos paradigmas vigentes e às práticas da Administração atual, discutindo, assim, a gestão das relações de produção, distribuição e consumo em todos os contextos, independentemente do momento histórico e sistema vigentes. Ademais, abre espaço para o estudo da gestão das relações sociais presentes nas esferas públicas, privadas e sociais. A delimitação da Administração Política em estudar as relações que envolvem a gestão em qualquer tipo de organização é coerente, na medida em que o administrador deve ter uma bagagem crítica e consciente da realidade para sua atuação e tomada de decisões.

Neste sentido, uma crítica que Ribeiro (2006) faz às escolas de administração que ignoram disciplinas como ciência política e que não realizam uma formação engajada do cientista social e do administrador com disciplinas teórico-humanistas indispensáveis à inteligência da realidade é pertinente e alusiva ao propósito de inserção da Administração Política como um campo na ciência administrativa, em que a mesma seria um instrumento de mudança para além



do funcionalismo e tecnicismo administrativo. Paes de Paula (2005) destacou a relevância de se estabelecer um diálogo entre a administração e a ciência política – campos que tendem a se distanciar – para então, focalizar a eficiência dos processos gerenciais, bem como analisar os seus impactos.

Santos *et al.* (2014) retornam ao mapeamento de paradigmas de Burrell e Morgan, no qual, para estes, a teoria da Administração pode ser delimitada em quatro visões de mundo, refletidas em grupos metateóricos: funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical, que refletem as diferentes escolas da Administração. Assim, a metateoria pode ser definida como área do conhecimento que teoriza sobre a própria teoria de uma dada ciência.

Santos *et al.* (2014) destacam a possibilidade de estudos que utilizam vários paradigmas, que seriam as pesquisas multiparadigmáticas, e abordagens que ultrapassam as distinções dos paradigmas, revelando disparidades e complementaridades, denominadas de metaparadigmas. Por sua vez, esses autores apresentam a Administração Política a partir de uma abordagem metaparadigmática dentro do campo científico da Administração. Ou seja, seus questionamentos e interpelações são extensos, transcendendo os limites de qualquer paradigma.

Desta forma, é possível falar em várias modalidades de Administração Política: ortodoxa, dos estudos organizacionais, dos estudos críticos, clássica, marxista, keynesiana, neoclássica, do institucionalismo e tantas outras que devem incluir em seus estudos e análises as diversas ideias políticas. Portanto, isso significa dizer que é possível falar de uma Administração Política liberal, conservadora, socialista, nacionalista, anarquista, fascista, entre tantas outras, conforme o percurso histórico da humanidade (Santos *et al.*, 2014). A existência dessas múltiplas possibilidades da Administração Política parte da necessidade de se ter um modelo de gestão adequado para o sistema político e econômico em questão. Um exemplo seria uma sociedade socialista, na qual o modelo de gestão, o “como fazer”, seria baseado em uma Administração Política marxista. A Administração retoma para si um debate muitas vezes diminuído a outras ciências, como a Economia ou a Ciência Política, já que com a hegemonia do paradigma funcionalista, a Administração tem seu papel restringido às questões da dimensão micro. Também se destaca o relacionamento da Administração Política com a Filosofia Política, a Economia Política e a Ciência Política, nos quais a Administração Política se fundamenta em algumas correntes de pensamentos dessas áreas (Santos *et al.*, 2014).

Cristaldo (2016) aponta que o termo Administração Política surge como um novo nome para algo já conhecido e pesquisado anteriormente; a originalidade, porém,



se encontra no fato de reconhecer os processos de forma gerencial, organizacional, como um campo de conhecimento dentro da Administração.

Diante do exposto, a Administração Política se propõe a exercer sua finalidade de desvendar, evidenciar e denunciar os propósitos e contradições das vertentes que compõem o campo da Administração, ou seja, fazer uma crítica a suas epistemologias, metodologias, ideologias e praxeologias (Santos *et al.*, 2014). Gomes (2012) expõe que a Administração Política tem o papel substancial de fazer a crítica da influência do econômico sobre o político, e a definição da agenda do país e da gestão da sociedade.

## REFLEXÕES FINAIS

A partir dessas contribuições, percebe-se a complexidade dos estudos da Administração. A Administração Política, desde seu início, se incomoda com os estudos da área que se caracterizam por uma visão de mundo reduzida, e geralmente têm sua abrangência minimizada, abarcando apenas organizações em um ambiente microeconômico. Gomes (2012) e Santos *et al.* (2014) destacam a importância desse entendimento ao longo do texto, que a princípio poderia parecer uma diminuição do foco de estudo da Administração: não mais a organização, e sim um elemento presente nesta, a gestão.



Na verdade, parece-nos uma tentativa de “diminuir para crescer”. Diminui-se o escopo de estudo, mas o torna complexo. Não se estuda mais a organização, que, pela sua complexidade, abarcava conhecimentos algumas vezes muito distantes do administrador. Reduz-se o escopo para apenas a gestão, mas agora a gestão é vista não mais no sentido tecnicista e reduzida a um conjunto de técnicas e ferramentas para serem utilizadas em organizações capitalistas; a gestão estudada aqui é também a gestão das relações sociais de produção, do Estado, das instituições. A importância desta “ampliação” da gestão se mostra presente na formação de administradores mais preparados e conscientes, tendo em vista que os mesmos estão capacitados para manejar mudanças sociais, mas poucos estão em condição de explicar o sentido e a razão das mudanças (Ribeiro, 2006).

Um erro vital é imaginar a Administração como uma ciência neutra. Seus conjuntos de técnicas e pressupostos estão emaranhados em ideologias – e que, se não são percebidas facilmente, tratam-se de ideologias dominantes. A reprodução de tais ideologias está presente na própria universidade, influenciando a formação dos administradores, deixando que se valorizem e sobressaiam ideologias de práticas funcionalistas da administração, do capital, da lógica do mercado e de outras formas de mistificação (Amaral, 2016). A universidade, ao permitir que se apliquem as lógicas, normas e ditames da gestão das empresas tradicionais ao meio educacional de ensino e pesquisa, corrói a essência da



produção e divulgação do conhecimento, passando a impor práticas corporativas para um tipo de atividade que pouco ou nada tem a ver com o mundo das empresas (Alcadipani, 2011).

Desta forma, encontra-se na Administração Política uma saída para desvendar os limites dos paradigmas atuais da Administração, ao mesmo tempo em que se abre como uma área capaz de abarcar vertentes bem diferentes entre si.

Por fim, pode-se dizer que a Administração Política é um campo da Administração que trata da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade (Santos *et al.*, 2014). Desta forma, acredita que seja possível desenvolver um conhecimento que integra e engloba, evitando, com isso, uma visão naturalizada, desatualizada, doutrinária e acrítica da Administração.

Os desafios que se colocam hoje em dia são gritantes. A ONG Oxfam<sup>2</sup> divulgou um estudo afirmando que oito pessoas têm a mesma riqueza que metade mais pobre da população global. Dados como este mostram um grave conflito distributivo no mundo de hoje. A Administração, em seu formato diminuído, se furta a participar

---

<sup>2</sup> "Oito homens possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade". Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/economia/1484311487\\_191821.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/economia/1484311487_191821.html)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

do debate, bem como a propor soluções, ou até mesmo, caso queiram assim, a apoiar essa condição. Assumir a frente da problemática de como gerir o sistema, de como organizar as relações sociais de consumo, de produção, de distribuição, é a que se propõe a Administração Política. Ampliar o estudo da gestão para além de práticas em empresas e organizações públicas; contribuir com pesquisas em áreas antes ignoradas pela Administração, mas que sejam de interesse da sociedade e concernam ao campo de estudo; difundir os estudos sobre a Administração Política nas Escolas de Administração, por meio de disciplinas, projetos de pesquisa, seminários e congressos. Avançar nestes pontos é um compromisso importante a ser feito, de modo, inclusive, a legitimar a existência de cursos de Administração em universidades públicas.

Vida longa à Administração Política!

## REFERÊNCIAS

Alcadipani, R. (2011). Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, 18(57), 345-348.



Amaral, I. G. (2016). *A atuação da empresa júnior de administração, ciências contábeis e econômicas como uma aproximação da ideia de universidade corporativa*. Monografia de graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil.

Cristaldo, R. C. (2016). Subdesenvolvimento, integração e administração política no pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado. *Revista Brasileira de Administração Política*, 8(2), 85-110.

Denhardt, R. B. (2012). *Teorias da administração pública*. São Paulo: Cengage Learning.

Gomes, F. G. (2012). O jovem percurso da administração política. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 7-24.

Paula, A. P. P. (2005). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV.

Ribeiro, J. U. (2006). Política e administração – parte I. *Organizações & Sociedade*, 13(37), p. 165-193.

Santos, R. S. (2001). Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. *Revista de Administração Pública*, 35(5), 49-77.



ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: UM CAMINHO PARA AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO DAS  
CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS?

Santos, E. L., Santana, W. G. P., Santos, R. S., & Braga, V. L. (2014). Contribuições da administração política para o campo da administração. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 3(2), 183-200.

Santos, E. L., Santos, R. S., & Braga, V. L. (2014). O campo científico da administração: percursos e percalços. *Anais do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*, Florianópolis, SC, Brasil, IV.

Teixeira, F. (2008). Administração política: surge um novo paradigma de pesquisa em área contestada. *Revista Brasileira de Administração Política*, 1(1), 5-6.

Wilson, W. (1955). *O estudo da Administração*. Rio de Janeiro: FGV.

# Administração política: um caminho para ampliação do campo de estudo das ciências administrativas?

## Resumo

Esse trabalho pretende discutir o tema da Administração Política como potencial campo de estudo na Administração, visando ampliar o objeto desta ciência, ou seja, a gestão. Partindo do ponto que a gestão – e não a organização – é o objeto de estudo da Administração, percebe-se na produção acadêmica da Administração uma espécie de simplificação das possibilidades de estudo desse objeto. Essa simplificação parece atender o paradigma funcionalista, hegemônico no nosso campo, mas não é suficiente para outros paradigmas, bem como diminui as potencialidades que o estudo da gestão pode ter para responder questões de interesse de toda a sociedade. Dessa maneira, a Administração Política tenta resgatar a possibilidade de a Administração discutir temas normalmente restritos a outras áreas, não se limitando a uma ideologia, possibilitando assim a existência de diferentes Administrações Políticas, como a keynesiana, marxista, liberal ou outra, conforme o percurso histórico da sociedade em questão.

## Palavras-chave

Administração Política; Gestão; Ciência Administrativa.

## Political administration: a way to expand the field of study of administrative sciences?

### Abstract

This paper intends to discuss the topic of Political Administration as a potential field of study in Administration, aiming to broaden the object of this science, that is, management. Starting from the point that management – and not organization – is the object of study of Administration, it is noticeable in the academic production of Administration a sort of simplification of the possibilities of study of this object. This simplification seems to comply with the functionalist theory, the hegemonic paradigm in our field, but it is not enough for other paradigms, and also diminishes the potential of the study of management to respond to major issues of interest to society as a whole. In this way, Political Administration tries to recover the possibility of Administration to discuss topics which are usually restricted to other areas, not limited to one ideology, thus allowing the existence of different Political Administrations, such as Keynesian, Marxist, Liberal or other, according to the historical route of the society in question.

### Keywords

Political Administration; Management; Administrative Science.



# Administración política: un camino para la expansión del campo de estudio de las ciencias administrativas?

## Resumen

Este trabajo tiene como objetivo discutir el tema de la Administración Política como potencial campo de estudio de la Administración, destinado a ampliar el objeto de esta ciencia, que es la gestión. A partir del punto de que la gestión – y no la organización – es el objeto de estudio, es evidente en la producción académica de la Administración una especie de simplificación de las oportunidades educativas que se oponen. Esta simplificación parece cumplir con el funcionalismo, el paradigma hegemónico en nuestro campo, pero no es suficiente para otros paradigmas, así como reduce el potencial que el estudio de la gestión para responder las cuestiones de interés de toda la sociedad. De esta manera, la Administración Política intenta rescatar la posibilidad de la Administración discutir temas generalmente restringidos a otras áreas, no se limitando a una ideología, lo que permite la existencia de diferentes Administraciones Políticas, como keynesiana, marxista, liberal o de otro tipo, según la ruta histórica de la sociedad en cuestión.

## Palabras Clave

Administración Política; Gestión; Ciencias Administrativas.



## Autoria

### Isabela Grossi Amaral

Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Lavras.

<http://lattes.cnpq.br/8636612106904363>. <https://orcid.org/0000-0001-5760-783X>.

E-mail: [isabelagrossi2@gmail.com](mailto:isabelagrossi2@gmail.com).

### Igor Porto David

Bacharelado em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

<http://lattes.cnpq.br/1688006930487491>. <https://orcid.org/0000-0003-3848-7195>. E-

mail: [igorportodavid@hotmail.com](mailto:igorportodavid@hotmail.com).

## Endereço para correspondência

Isabela Grossi Amaral. Universidade Federal de Lavras, Programa de Pós-Graduação em Administração, Caixa Postal 3037, Lavras, MG, Brasil. CEP: 37200-000. Telefone: (+55 32) 999242570.

## Como citar esta contribuição

Amaral, I. G. & David, I. P. (2017). Administração política: um caminho para ampliação do campo de estudo das ciências administrativas? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 1047-1068.

*Contribuição Submetida em 17 mar. 2017. Aprovada em 18 abr. 2017. Publicada online em 20 out. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.*



**REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE**

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 10 | AGOSTO | 2017 | ISSN: 2358-6311